

FISIOLOGISMO E NEPOTISMO: a genealogia de cinco líderes do centrão

André Barsch Ziegmann

Instituição: Centro Internacional Universitário Uninter

E-mail: abziegmann@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2403-0363>

Resumo: O fisiologismo é caracterizado por políticos que se mantêm na base de apoio dos presidentes, independentemente do perfil ideológico dos chefes do executivo federal. Recentemente o termo fisiologismo caiu em desuso, sendo mais comum ouvirmos o vocábulo centrão para designar os políticos que apoiam todos os presidentes. Por sua vez, o nepotismo expressa a prática de distribuir cargos a parentes, e favorecê-los em suas pretensões políticas. Como afirma Oliveira (2012), o nepotismo é uma relação entre estruturas de poder e parentesco. Nessa pesquisa associamos o fisiologismo e nepotismo, duas típicas instituições sociais da política brasileira, com a investigação da presença desses dois elementos nas práticas políticas de cinco notáveis líderes do centrão: José Sarney, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Arthur Lira e Ricardo Barros. Tendo como objeto de estudo as trajetórias políticas e as genealogias desses dirigentes. O método adotado foi o genealógico (OLIVEIRA, 2012). Os objetivos foram: descrever as redes de nepotismo construídas por esses políticos, e compreender como ocorreu a transmissão de capital político-familiar em suas histórias, além de averiguar se esse tipo de capital foi convertido em capital econômico. O conceito de capital de Pierre Bourdieu foi um elemento central na análise e interpretação das genealogias estudadas, juntamente com relevantes contribuições da Teoria do Nepotismo. Por fim, consideramos que os cinco políticos herdaram capital político-familiar dos seus pais, e transmitiram para suas esposas, irmãos e filhos. Além disso, eles estudaram em universidades de elite, e converteram capital político-familiar em capital econômico, notadamente em meios de comunicação e propriedades rurais. Os dirigentes também controlam máquinas partidárias em seus estados, em alguns casos há décadas. Mas a principal base de poder deles é a permanência dentro do Estado, onde alinhados com o poder executivo federal, podem instrumentalizar os poderes institucionais do aparelho estatal para favorecimentos políticos-familiares.

Palavras-chave: fisiologismo; nepotismo; centrão; genealogias; capital político-familiar.

PHYSIOLOGISM AND NEPOTISM: the genealogy of five centrist leaders

Abstract: Physiologism is a term that characterizes politicians who are always in the support base of presidents, regardless of the ideological profile of the heads of the federal executive. Recently, the term

“physiologism” has fallen into disuse, and it is more common to hear the term “centrão” used to refer to politicians who support all presidents. In turn, nepotism expresses the practice of distributing positions to relatives and favoring them in their political pretensions. In turn, nepotism expresses the practice of distributing positions to relatives and favoring them in their political ambitions. According to Oliveira (2012), nepotism is a relationship between power structures and kinship. In this research, we associate physiologism and nepotism, two typical social institutions of Brazilian politics, with an investigation into the presence of these two elements in the political practices of five notable leaders of the “centrão”: José Sarney, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Arthur Lira, and Ricardo Barros. The study focused on the political trajectories and genealogies of these leaders. The method adopted was genealogical (OLIVEIRA, 2012). The objectives were to describe the nepotism networks built by these politicians and understand how the transmission of political-family capital occurred throughout their histories, as well as to determine whether this type of capital was converted into economic capital. Pierre Bourdieu's concept of capital was a central element in the analysis and interpretation of the genealogies studied, along with relevant contributions from Nepotism Theory. Finally, we consider that the five politicians inherited political-family capital from their parents and passed it on to their wives, siblings, and children. Furthermore, they studied at elite universities and converted political-family capital into economic capital, notably in media outlets and rural properties. The leaders also control party machines in their states, in some cases for decades. But their main power base is their permanence within the State, where, aligned with the federal executive branch, they can instrumentalize the institutional powers of the state apparatus for political-family favors.

Keywords: physiologism, nepotism; centrão; genealogies; political-family capital.

FISIOLOGISMO Y NEPOTISMO: la genealogía de cinco líderes centristas

Resumen: El fisiologismo es un término que caracteriza a los políticos que siempre cuentan con el apoyo de los presidentes, independientemente del perfil ideológico de los jefes del ejecutivo federal. Recientemente, el término “fisiologismo” ha caído en desuso, y es más común escuchar el término “centrão” para referirse a los políticos que apoyan a todos los presidentes. A su vez, el nepotismo expresa la práctica de distribuir cargos entre familiares y favorecerlos en sus pretensiones políticas. Según Oliveira (2012), el nepotismo es una relación entre las estructuras de poder y el parentesco. En esta investigación, asociamos el fisiologismo y el nepotismo, dos instituciones sociales típicas de la política brasileña, con una investigación sobre la presencia de estos dos elementos en las prácticas políticas de cinco líderes destacados del “centrão”: José Sarney, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Arthur Lira y Ricardo Barros. El estudio se centró en las trayectorias políticas y genealogías de estos líderes. El método adoptado fue genealógico (OLIVEIRA, 2012). Los objetivos fueron describir las redes de nepotismo construidas por estos políticos y comprender cómo se produjo la transmisión del capital político-familiar a lo largo de su historia, así como determinar si este tipo de capital se convirtió en capital económico. El concepto de capital de Pierre Bourdieu fue un elemento central en el análisis e interpretación de las genealogías estudiadas, junto con las contribuciones relevantes de la Teoría del Nepotismo. Finalmente, consideramos que los cinco políticos heredaron el capital político-familiar de sus padres y lo transmitieron a sus esposas, hermanos e hijos. Además, estudiaron en universidades de élite y convirtieron el capital político-familiar en capital económico, especialmente en medios de comunicación y propiedades rurales. Los líderes también controlan las maquinarias partidistas en sus estados, en algunos casos durante décadas. Pero su principal base de poder es su permanencia dentro



del Estado, donde, alineados con el poder ejecutivo federal, pueden instrumentalizar los poderes institucionales del aparato estatal para obtener favores político-familiares.

Palabras clave: fisiologismo, nepotismo; centrão; genealogías; capital político-familiar.

INTRODUÇÃO

A expressão fisiologismo em política denota um comportamento de adesismo a todos os governos. Caracteriza as lideranças que estão interessadas em atender as suas necessidades mais básicas e imediatas, que é se manter no cargo público, com o apoio do governo. O Estado, e sua vasta capacidade de mobilizar recursos, é o principal, muitas vezes o único, meio utilizado pelos fisiológicos para a manutenção de suas posições políticas. Apoiar os presidentes eleitos é vital para quem depende dos fundos públicos para sobreviver politicamente. Por isso, os políticos adeptos do fisiologismo são capazes de apoiar presidentes tão díspares quando Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva.

Os políticos fisiológicos têm como ponto de apoio o governo federal. É na União onde estão concentrados os recursos que são fundamentais para o exercício da patronagem e do clientelismo. Não que os adeptos do fisiologismo não queiram apoiar os governos estaduais e municipais. Mas o apoio do executivo nacional é o que dá suporte aos grupos locais dos políticos fisiológicos, quando estes estão fora do poder nos governos estaduais. Um político fisiológico se nomeado ministro, se torna automaticamente um forte candidato à sucessão do seu estado. Assim, quando falamos em apoio aos governos, estamos nos referindo ao executivo federal.

O termo fisiológico caiu no desuso. Desde a ascensão de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, em 2015, a imprensa e parte da classe política, prefere utilizar o termo centrão para se referir aos políticos fisiológicos. O centrão é um grupo formado por vários partidos políticos, que se notabilizaram por apoiar todos



os presidentes. Essas legendas são a expressão partidária e organizacional do fisiologismo.

Como o fisiologismo, o nepotismo é uma instituição social muito comum na política brasileira. A prática de distribuir cargos para familiares e de apoiá-los em suas ambições políticas mobilizando recursos governamentais, é bastante presente na política brasileira. Assim, a família é um elemento importante para a análise da política brasileira. Autores como Oliveira (2018) consideram inclusive que a família é a unidade social básica da política brasileira.

Essas duas instituições sociais, fisiologismo e nepotismo se combinam na política brasileira, sendo a associação entre o governismo e o familismo o tema do nosso trabalho. Demonstramos essa articulação apontando a presença do fisiologismo e do nepotismo nas práticas políticas de proeminentes líderes do chamado centrão, investigando essas evidências em suas biografias, e nas histórias de suas famílias, com uma pesquisa histórica e genealógica.

Para dar seguimento a essa pretensão, nós escolhemos cinco lideranças expressivas do fisiologismo: *José Sarney, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Arthur Lira e Ricardo Barros*. Esses políticos foram selecionados porque em suas trajetórias ocuparam cargos de relevo, como as presidências da Câmara Federal e do Senado, ministérios, Sarney foi até Presidente da República. Mas o que une essas figuras é a sua capacidade de se adaptar às mudanças políticas ocorridas no Brasil, e de se unir a todos os presidentes, independentemente do perfil ideológico do chefe do executivo. O maior exemplo dessa habilidade de adaptação foi José Sarney. Ele foi de aliado da Ditadura Militar à base do Presidente Lula. Como Sarney, os demais políticos do centrão que vamos estudar, se notabilizaram em suas carreiras por estarem sempre ao lado dos governos. E o governismo é a característica que define o fisiologismo.

O objeto de estudo do presente trabalho é a trajetória política desses cinco dirigentes, e as suas genealogias familiares. Em nossa pesquisa, nos concentramos

somente nos parentes que exercem ou exerceram algum cargo público, eletivo ou não, em pelo menos um dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário). Incluímos posições ocupadas em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), também, a análise a partir dos pais dos políticos escolhidos para o nosso estudo. Não incluímos em nossa investigação os avós e os antepassados mais antigos.

Verificamos, como objetivo central, de forma detalhada a extensão das redes de nepotismo dos dirigentes que selecionados. Se os membros das famílias desses políticos ocupam várias posições dentro do aparelho de Estado, e assim conectam poderes e níveis de governo. Foi primordial a análise biográfica de vários familiares dos líderes acima listados. Além, verificamos não apenas a transmissão de capital político-familiar, se os líderes receberam capital político de seus pais e/ou mães, e repassaram para seus herdeiros, mas também se converteram esse tipo de capital em capital econômico. Sendo o conceito de capital, de Pierre Bourdieu, um elemento central na interpretação dos achados de nossa investigação.

O método utilizado, o genealógico, segundo Oliveira (2012), consiste em uma estrutura organizada no tempo, que conecta vários indivíduos e grupos familiares. Possibilita uma análise aprofundada das biografias individuais, coletivas e das experiências de ricos e poderosos, e das relações entre parentesco e poder político, que é uma das principais formas de produção e reprodução de privilégios e desigualdades. Oliveira (2012), considera que a utilização de genealogias permite demonstrar que a riqueza e a pobreza podem ser formas sociais hereditárias, ao revelar a existência de estruturas de parentesco entre indivíduos e famílias ao longo do tempo. Consiste, assim, em uma verdadeira ciência histórica, que possibilita o desenvolvimento de uma sociologia dos ricos e poderosos.

Para o estudo detalhado das genealogias dos cinco líderes do centrão, nós utilizamos três fontes de pesquisa. A principal foi o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, o DHBB, elaborado pelo *Centro de Pesquisa e Documentação de História*

Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Nesse dicionário encontramos a maior parte das informações que serão apresentadas no artigo. Para complementar nossa base de investigação, pois muitos dos jovens parentes dos líderes escolhidos para o estudo não foram biografados pelo DHBB, recorreremos às matérias e reportagens disponíveis em diversos sítios eletrônicos. Por fim, outra fonte complementar utilizada em nossa pesquisa foi o TSE, onde encontramos importantes estatísticas eleitorais dos membros das famílias que são o nosso objeto de estudos.

Dividimos o artigo em duas seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, intitulada “*Nepotismo e Capital Social*”, realizamos uma revisão bibliográfica das principais referências da Teoria do Nepotismo, além de uma discussão sobre o conceito de capital social de Bourdieu, fundamental para compreendermos como os líderes políticos transmitem seu prestígio e poder para os seus parentes. Na segunda seção, expomos nosso estudo genealógico sobre as famílias Sarney, Barbalho, Calheiros, Lira-Pereira e Barros. Por fim, consideramos 5 regularidades encontradas nas genealogias pesquisadas, que também são as fontes de poder dos cinco líderes estudados e suas famílias.

NEPOTISMO E CAPITAL SOCIAL

A simbiose entre política e família é um tema recorrente das ciências sociais, em razão de ser comum vermos os filhos e netos de lideranças políticas conquistando cargos eletivos, muitas vezes para os mesmos postos ocupados por seus antepassados. Além de herdeiros de conhecidas famílias políticas serem indicados para cargos de prestígio não eletivos, como ministérios, secretarias e posições nas principais cortes de justiça.

Gaetano Mosca (1984) é um dos autores que destaca o fator hereditário nas atividades políticas, afirma que as classes políticas têm a tendência de se tornarem



hereditárias, se não por direito, ao menos de fato. Aponta que todas as forças políticas têm uma qualidade que em física se chama inércia, que é a tendência de os fenômenos permanecerem no estágio em que se encontram. Se membros da mesma família continuam no poder, não há mudança. Para esse autor, da teoria clássica das elites, a prática dos grandes cargos, o hábito e quase todas as atitudes para tratar os negócios de importância, se adquirem muito mais facilmente quando se tem com eles certa familiaridade.

Quando se trata da influência das famílias no processo de constituição política e social do Brasil, outros autores pesquisaram essa relação que foi simbiótica em nossa história. Talvez o mais conhecido seja Gilberto Freyre. Em sua grande obra, *Casa Grande e Senzala* (2006), Freyre procurou mostrar a centralidade da família patriarcal na formação do Brasil. Para esse influente antropólogo, a família patriarcal foi uma estratégia de colonização implementada pelos portugueses, para aumentar a população e fazer o aliciamento de mão de obra. A família não era somente uma esfera de vivência, autoridade e afetividade. Na formação do Brasil, foi também uma unidade econômica, política e social. Por conseguinte, ela foi o grande fator colonizador do Brasil. Foi ela que cultivou o solo, ou seja, desenvolveu a economia, e organizou a política. Freyre (2006) é taxativo ao afirmar que a família patriarcal foi empreendedora econômica e diretora do Estado, teve inúmeras funções. Logo, o gosto do mando, exercido nas relações privadas, estendeu-se para o domínio público.

Entre os anos 1950 e 1990, os estudos que seguiriam a tradição inaugurada com Freyre, relacionando política e parentesco, se concentraram em pesquisar a existência dessa correlação no Brasil Monárquico, Colonial e da Primeira República (GOULART, 2018). Contudo, atualmente, no Brasil, onde vigora um regime democrático há 40 (quarenta) anos, é possível perceber cada vez mais famílias dominando a política de municípios e estados, algumas delas inclusive exercem grande influência no cenário nacional. Como afirma Goulart (2018), o perfil familiar da política brasileira está

presente nos diferentes momentos da história política brasileira, e não é algo restrito ao Brasil arcaico ou pré-moderno. Para a autora, é possível encontrar permanentemente sobrenomes políticos que assumem uma dimensão histórica, em espaços nos poderes executivo, legislativo e judiciário, mas também em outras posições de prestígio, como Tribunais de Conta, Ministério Público, mídia e grandes empresas.

Para Goulart (2018) os anos de 1990 são marcados por uma retomada dos estudos que visam investigar as relações entre parentesco e política no interior da sociologia política brasileira. Essa retomada nos trabalhos sobre relações de parentesco e poder foi importante, pois boa parte das ciências sociais, e muito especialmente a Ciência Política, passou a desconsiderar a família como um elemento fundamental para o conhecimento do fenômeno político contemporâneo.

Diferentemente das análises que buscavam essa correlação em períodos passados de nossa história, as novas pesquisas tinham como objeto de investigação as famílias poderosas do presente (GOULART, 2018). Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017) destacaram que os novos estudos sobre nepotismo identificaram a presença de grupos de parentes em contextos e instituições modernas, complexas e racionais. Para os autores, as transformações da sociedade contemporânea não eliminaram os resquícios das relações tradicionais de poder, que muitas vezes assumem feições de familismo e nepotismo.

Para entendermos como essas relações de poder se sustentam, é essencial a compreensão da família como qualquer unidade ou reunião social em que existem um conjunto de relações pessoais, sociais, de afeto e relacionamentos, dentro de um pacto social que se estabeleça nessa própria unidade familiar (OLIVEIRA, 2018). Já a noção de nepotismo é definida sociologicamente como a relação entre estruturas de poder e de parentesco. Oliveira (2012), afirma que essa definição abarca a influência das famílias na concessão de cargos e privilégios a parentes no funcionalismo público.



Assim se formam as grandes redes de influência e interesses que unem cargos governamentais, fornecedores do Estado e outros tipos de ligações pessoais, políticas e monetárias. E, são as conexões entre parentesco e poder político, que geram o nepotismo. Sintoma de instituições frágeis, as redes de nepotismo podem ser variáveis em sua abrangência, mas geralmente atravessam os poderes e ligam diversas funções públicas dentro do aparelho estatal (OLIVEIRA, 2012).

Para compreender como as famílias se perpetuam no poder, Monteiro (2016) e Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017), utilizam o conceito de capital social formulado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1985), que o define como o agregado de recursos sociais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações, que são mais ou menos institucionalizadas. Segundo o autor, ele fornece aos seus membros o respaldo do capital, que se torna uma espécie de credencial e proporciona o direito ao crédito, que nesse caso pode assumir os mais diversos significados. Essas relações também podem ser socialmente instituídas e garantidas pela aplicação de uma alcunha comum, como o nome de uma família. Composto por obrigações sociais, ele é institucionalizado em títulos de nobreza, e também pode ser convertido em capital econômico (BOURDIEU, 1985)¹.

O volume de capital social depende da rede de conexões que uma agente consegue mobilizar, e também dos volumes de capital econômico e simbólico que possui por direito próprio. O capital social nunca é completamente independente do capital econômico e cultural. O sociólogo francês também argumenta que aqueles que possuem capital social herdado, que pode ser simbolizado, por exemplo, em um grande nome de família, são capazes de transformar todas as relações circunstanciais em conexões duradouras. Logo, o capital social resultante de um relacionamento é

¹ Para Bourdieu (1985) o capital *econômico* é o mais tradicionalmente conhecido devido especialmente à obra de Marx. Bourdieu (1985) o define como um tipo conversível em dinheiro, e que pode ser instituído em direitos de propriedade. Outro tipo de capital é o *cultural*, que é institucionalizado na forma de qualificações educacionais, e pode se converter em capital econômico

maior quando a pessoa acumula um grande volume de capital cultural e econômico (BOURDIEU, 1985).

Com base no conceito de capital social de Bourdieu, e nas conclusões das obras de Oliveira (2012; 2018), Monteiro (2016) e Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017), levantamos a hipótese de que os líderes fisiológicos herdaram e legaram uma espécie de capital social, o *político-familiar*, e que suas trajetórias mostram a existência de uma associação entre nepotismo e fisiologismo. Para demonstrarmos apresentaremos o estudo genealógico das famílias dos cinco líderes do centrão indicados na introdução.

FISIOLOGISMO, PARENTESCO E POLÍTICA: as genealogias das famílias Sarney, Barbalho, Calheiros, Lira-Pereira e Barros

Os líderes selecionados para o estudo que vamos desenvolver a seguir se notabilizaram pela enorme influência que exerceram e exercem em seus estados, cidades e no plano nacional. Em suas carreiras políticas, mostraram uma grande capacidade de adaptação às mudanças políticas nacionais, e quase sempre estiveram alinhados aos Presidentes da República.

O poder desses dirigentes políticos pode ser melhor compreendido pelas posições que ocuparam e ainda exercem. Sarney foi Presidente da República, governador e quatro vezes presidente do Senado. Jader Barbalho foi governador, ministro e presidente do Senado. Renan Calheiros também foi ministro e por quatro vezes ocupou a presidência do Senado Federal. Arthur Lira foi presidente da Câmara Federal por 4 anos consecutivos. Quando foi reeleito para o cargo, em 2023, recebeu uma votação consagradora². Ricardo Barros também foi ministro. Assim, entre centenas de políticos fisiológicos que povoaram a Nova República, esses cinco

² Arthur Lira foi reeleito presidente da Câmara Federal em fevereiro de 2023, com o apoio de 464 deputados federais, ou 90% dos membros da casa, votação recorde (CLIVERY; BORGES; MATOSO, 2023).

indivíduos se destacaram, justamente pela ascendência que tinham e ainda possuem sobre os políticos fisiológicos.

A escolha desses políticos também segue um critério partidário. Apesar de algumas passagens por outras legendas, eles desenvolveram suas carreiras principalmente no interior das duas principais organizações fisiológicas: MDB (Movimento Democrático Brasileiro)³ e PP (Progressistas). O MDB perdeu força nos últimos dez anos, mas foi o principal partido do centrão entre os anos 90 e a primeira metade dos anos 2010, quando começa a entrar em declínio. O PP sempre teve uma presença constante e significativa no Congresso Nacional, especialmente na Câmara Federal e, com chegada de Arthur Lira ao comando da casa, o partido se fortaleceu. Esses dois partidos também estiveram alinhados com quase todos os governos da Nova República. O MDB não esteve apenas no governo Collor. O PP, quando ainda se chamava PDS (Partido Democrático Social)⁴, o partido herdeiro da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), legenda que dava sustentação à Ditadura Militar, só não ingressou na primeira gestão do novo período democrático, que foi a de José Sarney. Assim, o poder e influência desses personagens se deve ao fato de serem líderes das principais organizações partidárias fisiológicas.

³ O MDB chamou-se PMDB entre 1979 e 2018, quando voltou a utilizar o seu nome original, adotado na sua fundação, em 1966. Para facilitar a análise, nós vamos nos referir a esse partido somente como MDB.

⁴ O PP é resultado de várias fusões e também de trocas de nome. Se fundiram para formar o partido as seguintes organizações partidárias: PDS, PPR, PDC, PP, PST, PRP e PTR (GUANABARA, [199?]). Desse modo, como o PDS é uma das organizações que formaram o PP, ele pode ser considerado como um herdeiro direto da ARENA. A sequência de fusões começa com o PDS se fundindo com o PDC (Partido Democrata Cristão) em 1993 para formar o PPR, sigla de Partido Progressista Reformador (FIGUEIRA, [199?]). Ainda em 1993 foi criada uma primeira versão do PP, com a fusão entre o PST (Partido Social Trabalhista) e o PTR (Partido Trabalhista Renovador) (GUANABARA, [199?]). PP e PPR se reuniram em 1995, e a legenda passou a se chamar PPB (Partido Progressista Brasileiro) (GUANABARA, [199?]), tendo como principal liderança o então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Em 2003, mudou o nome para PP (CPDOC, [200?]), e por fim, em 2017, trocou novamente, para se chamar Progressistas, porém, manteve a sigla PP (A GAZETA, 2021). Sendo assim, o PDS que esteve presente no governo Collor, e o PPB que integrou o ministério de FHC é o mesmo partido. Assim, essa legenda, que é herdeira da ARENA/PDS, apoiou em algum momento todos os governos federais de 1990 em diante.

A seguir vamos apresentar o nosso estudo genealógico das famílias Sarney, Barbalho, Calheiros, Lira-Pereira e Barros, com a finalidade de captarmos a extensão das redes de parentesco que esses líderes construíram ou ingressaram, e como forma de analisar processos de transmissão e conversão de capitais sociais.

Família Sarney

Sarney talvez seja o político fisiológico mais simbólico. Foi aliado da ditadura militar, sendo um líder da ARENA/PDS, partido que chegou a presidir. Com a crise do regime, filiou-se ao MDB e, devido à morte inesperada de Tancredo Neves, tornou-se o primeiro presidente civil em duas décadas. O primeiro Presidente da República do MDB, partido de oposição ao Regime Militar, foi um apoiador de primeira hora da ordem autoritária, e membro destacado do seu partido de sustentação.

A história de Sarney começa com uma mudança de nome. Seu pai chamava-se José Sarney, ele foi promotor público e desembargador. Para aproveitar o prestígio do pai, Sarney, que se chamava José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, muda seu nome para José Sarney Costa, pelo fato de ser conhecido como “Zé do Sarney”, ou seja, “Zé filho do Sarney” (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015; CHAVES, 2016). Aqui nasce o personagem, ao tentar se aproveitar do prestígio do pai.

Sarney começou sua vida política de forma clássica: foi presidente da União Maranhense dos Estudantes. Seu primeiro cargo dentro do Estado foi no judiciário, como secretário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Depois foi Chefe de Gabinete do Governador do Maranhão Eugênio Barros (1951-1954) (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015; CHAVES, 2016). Candidatou-se a Deputado Federal pelo PSD, e fica na suplência. Contudo, assumiu a vaga na Câmara Federal por dois períodos até 1958 (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015)



Sua passagem pelo PSD foi curta. Em conflito com Vitorino Freire, o principal líder político do Maranhão desde os anos 40, Sarney se filia a UDN (União Democrática Nacional). Será o presidente estadual desse partido até 1965 (CHAVES, 2016). Ele se elegeu deputado federal em 1958 e 1962 pelas *Oposições Coligadas*, aliança que reunia UDN, PDC (Partido Democrata Cristão) e PR (Partido Republicano) para fazer o contraponto ao vitorinismo na política maranhense (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015; CHAVES, 2016). O pleito de 1962 projetou Sarney, pois ele conquistou a maior votação obtida até então por um opositor do grupo de Vitorino Freire. Tal êxito foi crucial para a conquista do governo estadual do Maranhão em 1965. O cargo de governador, permitiu que Sarney iniciasse um processo de enriquecimento e fortalecimento político, e lançasse as bases para o domínio da política maranhense por 50 anos (CHAVES, 2016).

Depois do fim do seu mandato como governador, Sarney foi eleito Senador em 1970 e 1978 (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015). Nessa última disputa conquistou o maior percentual de votos entre os candidatos da ARENA (CHAVES, 2016). Como sabemos, 7 anos mais tarde ele assumiu a Presidência, agora já filiado ao MDB. Após o período à frente da chefia do executivo federal (1985-1990), Sarney usou sua longa experiência para se tornar um dos políticos mais influentes da Nova República. Foi eleito três vezes Senador da República depois de sua presidência, mas não pelo Maranhão, e sim pelo Amapá. Suas vitórias foram em 1990, 1998 e 2006 (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015; CHAVEZ 2016)). Mas seu poder na Nova República pode ser medido pelas vezes em que foi eleito presidente do Senado. Foram quatro vezes em um período de 16 anos: 1995, 2003, 2009 e 2011 (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015). Ou seja, Sarney comandou a Câmara Alta do Congresso Nacional nas gestões de FHC, Lula e Dilma.

Esse acúmulo de recursos políticos também foi convertido para o desenvolvimento de atividades empresariais. A Família Sarney a partir dos anos 70



iniciou a construção de um grupo empresarial no setor de comunicação (CHAVEZ, 2016). O resultado foi criação do *Sistema Mirante de Comunicação*. O começo foi a compra do jornal *O Dia*, que depois foi nomeado para *O Estado do Maranhão*, o mais importante diário impresso do estado. Em 1981 ocorreu a aquisição da *Rádio Mirante AM*, composta por 18 emissoras, que cobrem quase todo o Maranhão. Em 1988, entrou em operação a *Rádio Mirante FM* (CHAVES, 2016). Contudo, o principal negócio da família no setor de comunicação era a *TV Mirante*. Ela começou a transmitir em 1987, pois Sarney tinha recebido uma concessão do ex-presidente Figueiredo (CHAVES, 2016). Em 1991, a TV Mirante começa a retransmitir a programação da TV Globo. Assim, se cria uma parceria entre Globo, TV Mirante e a Família Sarney.

Mas o caso de Sarney é exemplar por outro motivo: ele transmitiu seu capital político familiar e econômico para favorecer parentes, especialmente os filhos. Fernando Sarney foi o único dos três filhos do ex-presidente que não exerceu nenhum cargo político. Contudo, ele se dedicou a comandar os negócios da família (CHAVES, 2016). Os outros dois filhos de José Sarney, Roseana Sarney e José Sarney Filho se dedicaram intensamente às atividades políticas.

A principal herdeira política de Sarney, foi sua filha Roseana. Ela assumiu seu primeiro cargo dentro do Estado com apenas 22 anos. Em 1975, foi nomeada para um cargo na NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) de Brasília, depois foi chefe de gabinete do seu pai no Senado Federal (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]; CHAVES, 2016). Entre 1983 e 1984 foi nomeada pelo então governador Luís Rocha, como secretária extraordinária do Maranhão, cargo que exerceu em Brasília. Foi ainda assessora parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República entre 1985 e 1989 (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]; CHAVES, 2016). Esse cargo foi exercido durante o período em que seu pai comandou o executivo federal.

Em 1990 conquistou seu primeiro mandato eletivo, ao se eleger deputada federal. Foi a mais votada do Maranhão (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]).



Em um caso típico de transmissão de cargos de prestígio entre familiares, Roseana foi eleita governadora em 1994 pelo extinto PFL (Partido da Frente Liberal), ocupando assim a mesma posição que foi de seu pai, três décadas antes. A filha de Sarney foi ainda reeleita para o comando do executivo estadual do Maranhão em 1998, novamente pela legenda do PFL. Depois da passagem pelo governo maranhense, Roseana Sarney ainda foi eleita senadora em 2002 (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]; CHAVES, 2016)

A filha da Sarney foi novamente candidata a governadora do Maranhão em 2006, mas foi derrotada pela primeira vez em uma eleição para Jackson Lago do PDT. Após esse pleito, e devido à aproximação do pai com o Presidente Lula, Roseana saiu do PFL, que fazia oposição ao Presidente, e se filia ao MDB, que integrava a base aliada do governo. Em 2007 foi líder do governo no Senado (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]; CHAVES, 2016). Ela voltou a ocupar o cargo de governadora entre 2009 e 2015. Porém, essa segunda passagem pela chefia do executivo estadual do Maranhão, começou quando ela assumiu o cargo após a controversa cassação do mandato de Jackson Lago em 2009 (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]; CHAVES, 2016). Mas, na disputa de 2010, Rosana se elegeu pela terceira vez governadora do Maranhão, agora pelo MDB. Após um tempo afastada da política, ela se elegeu deputada federal pelo MDB em 2022 (TSE).

O outro herdeiro político de Sarney, José Sarney Filho, exerceu diversos mandatos de deputado federal, que só foram interrompidos por passagens no ministério. Ele foi eleito 9 vezes para a Câmara Federal pelo Maranhão de forma consecutiva⁵. Sua primeira eleição foi em 1982, (CPDOC [201?]; CHAVES, 2016), e a última vez que conquistou um mandato de deputado federal foi em 2014 (TSE). O filho de Sarney conquistou um mandato pelo PDS, herdeiro imediato da ARENA, 5 (cinco)

⁵ Sarney Filho se elegeu deputado federal pelo Maranhão em 1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

pelo PFL e 3 (três) pelo PV (Partido Verde). Sarney Filho foi ainda duas vezes ministro do Meio Ambiente (CPDOC [201?]; CHAVEZ, 2016): no segundo governo de FHC (1999-2003) e na gestão Michel Temer (2016-2018). O último cargo ocupado por Sarney Filho foi o de Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal (1999-2022), na administração do governador Ibaneis Rocha (CAMPOS, 2022).

Família Barbalho

Jader Fontenelle Barbalho é um dos políticos fisiológicos mais conhecidos e longevos. Ele recebeu capital político familiar do seu pai Laércio Wilson Barbalho, que foi deputado estadual no Pará (JUNQUEIRA; GOMES; PEREIRA, [201?]). Jader começou suas atividades políticas muito cedo. Em 1967 já era vereador em Belém. A partir desse ponto construirá uma longa carreira política que dura até os dias de hoje, mais de 50 anos depois. Nesse percurso, transmitiu seu capital político para a esposa e filhos.

Barbalho nunca mudou de partido, e sempre esteve filiado ao MDB. Segundo Junqueira, Gomes e Pereira [201?], depois de ser vereador, foi eleito deputado estadual em 1970. Ainda nessa década foi eleito duas vezes deputado federal, em 1974 e 1978. Em 1982 se elege governador do Pará, acabando com o domínio da ARENA/PDS no estado. Após o fim do seu mandato, Barbalho é nomeado Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, na gestão Sarney. Em 1987, acumulou o cargo à frente do ministério com o de presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em 1990, volta à chefia do poder executivo estadual do Pará. Com o término de seu segundo mandato como governador, se elege senador em 1994. Quatro anos mais tarde, se opõe a candidatura própria do MDB à presidência da República, se



opondo assim às postulações de José Sarney e Itamar Franco. Barbalho defendia o apoio à reeleição de FHC.

Em 2001 chega à Presidência do Senado. Contudo, fica no cargo entre fevereiro e outubro daquele ano. Barbalho renunciou ao cargo de senador, devido ao envolvimento em denúncias de corrupção no Banpará (Banco do Estado do Pará). O ex-senador então reconstruiu sua carreira se elegendo por duas vezes o deputado federal mais votado no Pará, em 2002 e 2006. Em 2010, volta ao Senado, sendo reeleito em 2018 (TSE), mais de 50 anos depois de conquistar o seu primeiro mandato, na Câmara de Vereadores de Belém do Pará.

O capital político acumulado por Barbalho ao longo de sua carreira foi transferido aos seus parentes. Sua esposa, Elcione Teresinha Zahluth Barbalho foi uma das beneficiadas. De acordo com o CPDOC ([201?]) ela é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e se filiou no MDB em 1981. Na primeira gestão de seu marido à frente do governo paraense (1983-1987), foi presidente da Ação Social Integrada do Governo Estadual e do Conselho Estadual de Pessoas Deficientes e de Entorpecentes.

Na segunda administração de Jader Barbalho à frente do executivo estadual do Pará (1991-1995), Elcione presidiu novamente a Ação Social Integrada do Governo Estadual, nesse período também presidiu a Companhia de Habitação Popular do Estado. Após o fim do mandato, Elcione se elegeu duas vezes deputada federal pelo MDB, em 1994 e 1998. Por essa legenda conquistou todos os seus mandatos eletivos. Com o desgaste sofrido por seu agora ex-marido, Elcione não se candidatou ao cargo de deputada federal em 2002, pois seu marido também postulava um lugar na Câmara Federal. Também não buscou uma vaga na Assembleia Legislativa, pois seu filho, Helder, era candidato a deputado estadual. Contudo, em 2004, foi a vereadora mais votada de Belém. Será eleita deputada federal em 2006, e reeleita em 2010, 2014, 2018 e 2022 (CPDOC [201?]; TSE).



O filho de Jader e Elcione, Helder deu continuidade à construção do nome de família dos Barbalho, sendo o grande herdeiro do capital político do pai. Ele iniciou sua trajetória bem cedo, quando se elegeu vereador em Ananindeua. Essa importante cidade, localizada na Região Metropolitana de Belém, é a segunda maior do Pará. Segundo o censo 2022 do IBGE, ela possui aproximadamente 478 mil habitantes (G1 PA, 2023)

Em 2004 Helder foi eleito prefeito de Ananindeua pelo MDB, sendo reeleito em 2008. Após o fim do seu segundo mandato, perdeu a disputa para o Governo do Pará em 2014 por uma pequena margem (TSE)⁶. Depois, foi ministro da Pesca e ministro-chefe da Secretaria Nacional de Portos no Governo Dilma. Já na gestão Temer, chefiou a pasta da Integração Nacional. Em 2018, chegou ao mesmo posto que o pai ocupou por duas vezes, sendo eleito governador do Pará, pelo MDB. Foi reeleito em 2022, pela mesma legenda. Mas desta vez com votação expressiva (TSE)⁷.

Mas o caso da família Barbalho não se restringe apenas à transmissão geracional de capital político familiar. Ao longo da trajetória do clã, eles também construíram um grupo empresarial no ramo de comunicação, o que mostra como o capital político se converte em capital econômico, e como eles se associam e se reforçam para perpetuar famílias tradicionais no poder. O Grupo RBA (*Rede Brasil Amazônia*) de Comunicação é controlado pela família Barbalho. O *Jornal Diário do Pará* é considerado o maior do norte do país (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL, 2023). Pertencem ainda ao Grupo RBA emissoras de rádio e TV (GUIMARÃES, 2022). Uma das atividades da empresa é a retransmissão da programação da TV Bandeirantes no Pará. O grupo começou a ser formado pelo pai de Jader, Laércio, e foi dirigido por Elcione Barbalho entre 1990 e 1994 (CPDOC, [201?]). Recentemente o conglomerado era chefiado por Jader Barbalho Filho (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL,

⁶ Simão Jatene, o governador reeleito, fez aproximadamente 52% dos votos contra 48% de Helder Barbalho (TSE).

⁷ Helder Barbalho se reelegeu com mais de 70% dos votos (TSE).

2023). Irmão de governador, filho de senador e deputada federal, ele atualmente comanda o ministério das Cidades no terceiro governo Lula.

Família Calheiros

Outro nome bastante conhecido da política nacional, e que selecionamos para a nossa pesquisa é o do senador Renan Calheiros. A base de poder desse clã familiar é a cidade de Murici, em Alagoas. Há 3 décadas algum parente de Renan Calheiros chefia o poder executivo municipal desse município alagoano. O primeiro membro da família a comandar a prefeitura foi o pai do atual senador, Olavo Calheiros Novais, também conhecido como “Major Olavo”, que se elegeu prefeito em 1982 (GUERRA, 2024). Porém, o próprio Renan nunca governou a cidade.

Segundo o Valença ([201?]) José Renan de Vasconcellos Calheiros formou-se em Direito pela UFAL. Filiado ao MDB, em 1978 conquista seu primeiro cargo, ao se eleger deputado estadual. Em 1982 é eleito deputado federal e reeleito em 1986, participando desse modo da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1987, Calheiros saiu do MDB com a finalidade de participar da fundação do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Em 1988 é nomeado secretário de educação de Alagoas, pelo então governador Fernando Collor. Filiado ao PRN (Partido da Renovação Nacional), legenda em que se abrigou Collor para concorrer à Presidência da República, Renan Calheiros foi assessor do então candidato durante a campanha presidencial de 1989. Entretanto, a sucessão estadual alagoana levaria ao rompimento entre os dois. Renan Calheiros foi candidato a governador de Alagoas, e foi derrotado por Geraldo Bulhões. O tesoureiro da campanha de seu adversário foi PC Farias, que ocupou a mesma função na candidatura presidência de Collor. Isso levou Renan Calheiros à oposição ao governo do ex-aliado (Valença ([201?])).



De volta ao MDB, Calheiros se elegeu sucessivamente Senador da República: 1994, 2002, 2010 e 2018 (VALENÇA, ([201?]); TSE). Nesse longo período como senador, mostrou a típica habilidade dos políticos fisiológicos de se aproximar dos presidentes eleitos. É verdade que Renan Calheiros foi um dos líderes da oposição no Senado durante o mandato de Jair Bolsonaro, tendo se destacado como relator da CPI da COVID. Mas esse Renan opositor é algo específico do período bolsonarista. Calheiros foi ministro da Justiça durante o governo FHC, entre os anos de 1998 e 1999. Com a vitória de Lula, se aproximou do PT, e foi eleito quatro vezes presidente do Senado nos governos Lula e Dilma: 2005, 2007, 2013 e 2015 (SENADO FEDERAL)⁸.

Mas se Renan é uma espécie de líder do clã, não foi somente ele que construiu o nome político da família Calheiros. Através de sua posição no Senado, e por ser uma figura influente em Brasília há mais de duas décadas, ele conseguiu transmitir capital político para vários dos seus familiares. Um deles foi seu irmão, Olavo.

De acordo com o CPDOC ([201?]) após graduar-se em agronomia pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba), Olavo Calheiros Filho ocupou vários cargos no poder executivo ao longo dos anos 80. Foi secretário de Administração do município de Murici, no governo estadual de Alagoas, e chefiou a pasta de Viação e Obras Públicas nas gestões Divaldo Suruagy (1983-1986) e José Tavares (1986-1987). Ainda comandou a secretaria de Agricultura do governo estadual alagoano, quando este era chefiado por Collor entre 1987 e 1989.

Elegeu-se deputado federal em 1990 pelo PRN de Fernando Collor, legenda em que também estava o seu irmão, Renan. Já filiado novamente ao MDB, ficou na primeira suplência para deputado federal em 1994, mas acabou assumindo o mandato, ficando no cargo até 1997⁹. Foi reeleito deputado federal por Alagoas em 1998, 2002 e

⁸ Em 2007 contudo, acabou renunciando, devido ao seu envolvimento em escândalos de corrupção. Um lobista de uma empreiteira pagava a pensão para uma filha de Renan (VALENÇA, ([201?]))

⁹ Olavo Calheiros assumiu devido ao pedido de licença do deputado federal Luís Dantas, que foi chefiar uma secretaria em Alagoas (CPDOC, [201?])

2006. Quatro anos mais tarde, em 2010, buscou uma vaga na Assembleia Legislativa alagoana, conseguindo se eleger. Foi reeleito em 2014 e 2018 (TSE).

Mas atualmente o representante dos Calheiros na Assembleia Legislativa é outro irmão de Renan, Remi Vasconcelos Calheiros, eleito deputado estadual pelo MDB em 2022 (TSE). Ao contrário de seus irmãos Olavo e Renan, ele governou Murici, a terra dos Calheiros. Foi prefeito daquela cidade entre 1997 e 2005 (GUERRA, 2024). Em 2010, voltou ao posto. Remi era vice do sobrinho Renan Filho, eleito prefeito de Murici em 2004, que renunciou ao mandato para ser candidato a deputado federal (CABRAL [201?]). Reeleito em 2012, entregou a prefeitura em 2016 para um outro sobrinho, Olavo Calheiros Novais Neto.

Remi passou e depois recebeu a prefeitura de José Renan Vasconcellos Calheiros. De acordo com Cabral ([201?]) o filho de Renan Calheiros formou-se em Economia pela UnB (Universidade de Brasília). Sua primeira experiência foi justamente como presidente do centro acadêmico do seu curso de graduação, entre 2001 e 2003. Após formar-se, Renan Filho ingressou no MDB, e elegeu-se Prefeito de Murici em 2004, aos 25 anos. Reeleito em 2008, tendo como vice o tio Remi, renuncia em 2010 para candidatar-se a deputado federal (CABRAL, [201?]; TSE). É eleito, sendo o mais votado no estado de Alagoas. Em 2014 disputa o comando do executivo alagoano, sendo eleito. Quatro anos depois, em 2018, se reelege governador de Alagoas. Em 2022 consegue uma cadeira no Senado. Desse modo, dois dos três senadores de Alagoas seriam da mesma família. Porém, Renan Filho assumiu o comando do Ministério dos Transportes do terceiro governo Lula.

Renan Filho não foi o único dos herdeiros dos irmãos Calheiros a governar Murici. Olavo Calheiros Novais Neto, filho do Olavo Calheiros Novais Filho, se elegeu prefeito da cidade em 2016 (GUERRA, 2024; TSE). Foi reeleito em 2020, tendo como vice Remi Calheiros Filho, filho de Remi Calheiros, e sobrinho de Renan e Olavo Calheiros (7 SEGUNDOS, 2023). Em 2024, foi a vez de Remi Filho ser eleito prefeito de

Murici (G1 AL, 2024). Desse modo, desde 1996 um membro da família Calheiros governa a cidade desde. Em 2029, ao fim do atual mandato do prefeito, o clã de Renan Calheiros completará 32 anos ininterruptos no comando do executivo municipal de Murici.

Há ainda o caso de um outro irmão de Renan Calheiros, Renildo Vasconcelos Calheiros. Contudo, ele construiu sua carreira política de modo bastante diferente, tanto do ponto de vista ideológico quanto geográfico. Renildo Vasconcelos Calheiros sempre foi filiado a um dos mais tradicionais partidos de esquerda do Brasil, o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Além disso, a sua trajetória política não se desenvolveu em Alagoas, mas em Pernambuco.

Segundo o CPDOC ([201?]) ele é formado em Geologia pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) entre 1984 e 1986. Em 1985 filia-se ao PC do B, legenda pela qual conquistará todos os seus mandatos. Três anos depois, em 1988, conquistou uma vaga na Câmara Municipal do Recife. Foi o primeiro do seu partido a conseguir um assento em qualquer órgão legislativo do Estado de Pernambuco.

Renildo Calheiros elege-se deputado federal em 1990. Em 1994, contudo, não consegue se reeleger. Nos anos seguintes foi secretário adjunto de Governo na administração de Miguel Arraes em Pernambuco (1995-1999), e secretário da prefeitura na gestão João Paulo do PT, no Recife, entre 2001 e 2002. Ainda em 2002, volta à Câmara Federal, sendo reeleito em 2006. Em 2008 vence sua primeira disputa para o executivo, se elegendo prefeito de Olinda. Foi reeleito para a chefia do executivo municipal olindense em 2012 (TSE). Após a saída da prefeitura se elegeu mais duas vezes deputado federal, em 2018 e 2022 (TSE).

O Clã Calheiros também procurou converter capital político em capital econômico. Aqueles que atuam em Alagoas investiram na agropecuária. A pai de Renan Calheiros, “Major Olavo” deixou aos filhos uma propriedade rural de 712



hectares em Murici (SEABRA, 2005). Depois a família Calheiros constituiu a Santo Aleixo agropecuária no mesmo município (AGÊNCIA O GLOBO, 2016). Olavo Calheiros ainda investiu em uma indústria de refrigerantes e sucos, que depois foi vendida para outra companhia (AZEVEDO, 2007). Os principais adversários dos Calheiros atualmente em Alagoas, os Lira Pereira, também se notabilizaram pela combinação clássica entre poder político e propriedade do latifúndio.

Família Lira-Pereira

Outro personagem destacado do centrão é Arthur Lira. Ele é o principal líder do grupo atualmente, e tem sido responsável pela atuação cada vez mais coordenada das legendas fisiológicas. Mas a trajetória de Arthur Lira não seria possível sem o pai, Benedito de Lira, também conhecido como “Biu”. Segundo o CPDOC ([201?]) Benedito de Lira tem sua primeira experiência política como presidente da União dos Estudantes Técnicos de Alagoas, entre 1962 e 1964. Em 1966 filia-se ao partido de sustentação à ditadura, a ARENA, e se elege vereador em sua cidade natal, Junqueiro, Alagoas. Depois disso seguirá uma longa carreira política no legislativo, passando pelas mais importantes legendas da direita brasileira.

Em 1972, no mesmo ano em que se forma em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), conquista uma cadeira na Câmara de Vereadores de Maceió. Será reeleito em 1976. Em 1979 filia-se ao PDS, e em 1982 chega à Assembleia Legislativa de Alagoas como deputado estadual. Em 1985 ingressa no PFL, período em que é nomeado consultor jurídico de estado. Será o presidente estadual do PFL entre 1985 e 1992. Conquista mais dois mandatos de deputado estadual, em 1986 e 1990.

Quatro anos mais tarde se elege deputado federal. Conquistará mais dois mandatos para a Câmara Federal, em 2002 e 2006, desta vez pelo PP. Em 2010 Benedito Lira se elegeu senador por Alagoas sendo o mais votado do Estado, conquistando mais



de 900 mil votos. Desse modo atingiu o ápice de sua carreira de mais de 4 (quatro) décadas em cargos no poder legislativo municipal, estadual e federal. Em 2014 tenta um cargo no executivo. Biu se candidatou ao governo de Alagoas, mas acabou derrotado em primeiro turno pelo filho de Renan Calheiros, Renan Filho e, em 2018, não conseguiu renovar o seu mandato de senador (TSE). Em 2020, aos 78 anos, se elegeu prefeito do município alagoano de Barra de São Miguel, sendo reeleito em 2024. Benedito Lira veio a falecer em janeiro de 2025 (XAVIER, 2025).

O filho de Benedito de Lira, Arthur, não herdou somente o capital político familiar do pai, sua mãe Ivanete Pereira de Lima pertence à tradicional família política alagoana dos Pereira. Como o pai, o ex-presidente Presidente da Câmara Federal tem uma longa carreira em cargos nos legislativos municipal, estadual e federal, e também passagens por vários partidos. Segundo o CPDOC ([201?]), ele também é formado em Direito pela UFAL, assim como seu pai e Renan Calheiros. Ele conquistou seu primeiro mandato em 1992, quando se elegeu vereador em Maceió pelo PFL. Foi reeleito em 1996, porém agora já estava filiado no PSDB.

Em 1998, foi eleito deputado estadual, novamente pelo PSDB. Foi reeleito em 2002, desta vez pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e novamente em 2006, só que agora pela micro legenda do PMN (Partido da Mobilização Nacional). Sendo assim, Arthur Lira foi eleito três vezes deputado estadual, por três partidos diferentes. Sua vida partidária se torna mais estável quando chega à Câmara Federal em 2010, agora filiado ao PP. Foi reeleito deputado federal em 2014, 2018 e 2022, sempre pela mesma legenda. Em 2021 chegou à presidência da Câmara Federal, apoiado pelo presidente de extrema-direita, Jair Bolsonaro. Foi reconduzido ao cargo dois anos depois, só que agora apoiado pelo líder de centro-esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva (CLIVERY, E; BORGES; B; MATOSO, F, 2023).

Mas a influência de Benedito de Lira e Arthur Lira não se resume aos dois. Como já dissemos, as famílias Lira e Pereira são poderosas no Estado de Alagoas,



sendo possível encontrar vários dos seus membros em posições de poder. A prima de Arthur Lira, Pauline Pereira é a atual prefeita de Campo Alegre, Alagoas (CASTILHO; INDRIUNAS, 2023; G1, 2024). Seu outro primo, Teófilo Pereira, é o atual chefe do executivo municipal de Craíbas-AL (CASTILHO; INDRIUNAS, 2023; G1, 2024), e vice-presidente do Conagreste, o Consórcio Intermunicipal do Agreste Alagoano (CONAGRESTE).

Segundo um levantamento feito por Castilho e Indriunas (2023), um terceiro primo, Joãozinho Pereira, irmão de Pauline Pereira, foi prefeito da cidade de Teotônio Vilela, e superintendente da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e Parnaíba) em Alagoas, entre 2021 e 2024 (CODEVASF, 2021; CORREIO DOS MUNICÍPIOS, 2024). Pelo lado da família Lira, a pesquisa de Castilho e Indriunas (2023) encontrou um outro primo de Arthur, Wilson Cesar de Lira Santos. Ele chefiou a superintendência do INCRA em Alagoas entre 2017 e 2024 (CASTILHO; INDRIUNAS, 2023; G1, 2024). Indicado pelo tio Benedito no governo Temer, chefiou o órgão na gestão Bolsonaro, e continuou na mesma posição até 2024, durante a gestão Lula.

Família Barros

Os líderes das famílias apresentadas mostraram até agora uma notável capacidade de adaptação às mudanças políticas, para estarem sempre ao lado dos governos, e especialmente, dos seus recursos. O caso que discutiremos a seguir também é exemplar em termos de trânsito por diferentes governos.

Ricardo José Magalhães Barros também é filho de político. De acordo com o CPDOC ([201?]), seu pai, Silvio Magalhães Barros, graduou-se em sociologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Dedicou-se às atividades empresariais, atuou na construção civil e foi proprietário de uma concessionária de automóveis. Seu



primeiro cargo foi o de vereador em Maringá pela UDN, em 1960. Foi reeleito quatro anos mais tarde. Com o golpe de 1964, filiou-se ao MDB, ao contrário da maioria dos udenistas. Em 1966, conquista uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná. Em 1970, chega à Câmara Federal. Dois anos mais tarde, em 1972, vence a disputa para a Prefeitura de Maringá.

Seu principal herdeiro político foi seu filho Ricardo Barros. De acordo com o CPDOC ([201?]), ele formou-se em engenharia civil pela UEM, iniciou suas atividades profissionais como gerente financeiro da *Silvio Magalhães Empreendimentos*, empresa de seu pai. Em 1986 assume seu primeiro cargo público. Torna-se diretor técnico da Urbanização de Maringá. Filiado ao PFL, foi eleito prefeito da mesma cidade em 1988. Após o fim do seu período à frente do executivo municipal maringaense, em 1994 conquista o primeiro mandato como deputado federal, também pelo PFL do Paraná. Em 1997 se filia no PPB (Partido Progressista Brasileiro), partido que dará origem ao atual PP (Progressista), em que está filiado até os dias de hoje.

Por essa legenda será eleito deputado federal em 2002 e 2006. Em 2010 tenta uma vaga no Senado, mas não obtém êxito. Assume então o comando da Secretaria de Indústria e Comércio do Paraná, na gestão do governador Beto Richa. Depois dessa passagem pelo secretariado paranaense, voltou a se eleger deputado federal em 2014, 2018 e 2022 (CPDOC [201?], TSE). Com a ascensão de Temer à presidência da República, Ricardo Barros tornou-se Ministro da Saúde. Em 2022, Ricardo Barros voltou ao comando da Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná, aceitando convite do governador Ratinho Junior (G1 PR, 2022). Ficou nessa posição até março de 2025, quando deixou o cargo para reassumir seu mandato de deputado federal (SECIUK, 2025).

Barros demonstrou uma imensa habilidade para transitar entre os diversos governos da Nova República. Ele foi vice-líder do governo na Câmara Federal nas presidências de FHC, Lula e Dilma. Foi também líder do governo Bolsonaro na Câmara



Baixa do legislativo federal (FRAZÃO, 2021). Como foi ministro de Temer, Barros apoiou todos os governos desde que chegou à Câmara Federal nos anos 90, apesar de ter votado favoravelmente ao impeachment de Dilma.

Mas o nome político da família Barros foi também perpetuado pela ação política de Silvio Barros, irmão de Ricardo. Silvio teve uma atuação mais local, não chegando a ocupar posições no plano federal. Mesmo assim, foi Prefeito de Maringá entre 2005 e 2013, e foi eleito para um terceiro mandato em 2024 (TSE). Chegou assim, ao mesmo posto que foi ocupado por seu pai e irmão. Silvio Barros foi ainda Secretário de Planejamento no governo Beto Richa (CELEPAR, 2015), e secretário de Desenvolvimento Urbano e da Casa Civil na gestão chefiada por sua cunhada, Cida Borghetti (GALINDO, 2018). Assim, os irmãos Silvio e Ricardo foram prefeitos da mesma cidade, e secretários estaduais do Paraná.

Ricardo Barros também transferiu seu capital político para a esposa, Maria Aparecida Borghetti Barros, a *Cida Borghetti*. De acordo com o CPDOC ([201?]) ela é graduada em Administração Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina, tendo iniciado suas atividades políticas como militante do PDS Jovem. Assim como o esposo, foi filiada ao PFL e depois ingressou no PPB. Continua no PP até hoje, depois de uma rápida passagem pelo PROS (Partido Republicano da Ordem Social).

Entre 1990 e 1992, durante o governo do seu marido à frente da prefeitura de Maringá, ela presidiu a PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) do município. Na gestão de Jaime Lerner (1995-2003) à frente do governo estadual paranaense, foi assessora especial do governador. Assim como Ricardo Barros, ela atuou como empresária do ramo de comunicação. Foi sócia proprietária de uma agência de publicidade e de uma empresa de produção de vídeo. Cida Borghetti ainda trabalhou como apresentadora, editora e produtora da Rede Bandeirantes de Televisão.



Conquistou seu primeiro mandato em 2002, quando se elegeu deputada estadual. Foi reeleita em 2006. Quatro anos depois, em 2010, quando seu marido não disputou uma vaga na Câmara Federal, para tentar uma eleição ao Senado, ela venceu a disputa para a Câmara Federal. Em 2014 foi eleita vice-governadora do Paraná, na chapa encabeçada por Beto Richa. Quando Richa renunciou para buscar uma vaga no Senado, no início de 2018, ela tornou-se a primeira mulher governadora da história do estado (G1 PR, 2018). Tentou se reeleger para o comando do executivo estadual paranaense em 2018, mas não teve êxito (TSE). A filha de Ricardo Barros e Cida Borghetti, Maria Victoria Barros, também já se inseriu na política. Muito jovem foi eleita deputada estadual, em 2014. Sendo reeleita em 2018 e 2022. Sempre pelo PP, a mesma legenda dos pais (TSE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória política desses cinco líderes e a genealogia de suas famílias mostra 5 importantes regularidades: (i) a mais evidente é que todos os líderes herdaram capital político de seus pais e transmitiram para seus herdeiros, em especial filhos, irmãos e esposas; (ii) todos eles e alguns dos seus familiares estudaram em universidades de elite; (iii) em todos os casos houve conversão de capital econômico para capital privado, que foi investido particularmente na posse da terra e no controle dos meios de comunicação; (iv) o controle de máquinas partidárias estaduais; (v) a permanência no Estado, que pode ser traduzida como um alinhamento contínuo com o comando do poder executivo federal.

A principal base de poder dos líderes selecionados, é o alinhamento constante com o Poder Executivo federal, e a consequente permanência dentro do Estado. A partir de posições dentro do aparelho estatal, esses núcleos familiares conseguiram favorecer seus parentes. Como Sarney, Calheiros, Barbalho, Lira e Barros apoiaram



todos, ou quase todos os presidentes da Nova República, esse governismo constante reforçou a capacidade de patronagem dos interesses de seus familiares. A instrumentalização e manipulação constante das instituições estatais e dos seus recursos, fortaleceu o poder das cinco famílias pesquisadas, uma associação entre nepotismo e fisiologismo. Essas duas instituições sociais se complementam e se retroalimentam.

Os cinco líderes pesquisados receberam capital político dos seus pais. O pai de Sarney era desembargador, um cargo que não é eletivo, nem compõe o quadro de pessoal do executivo. Mas este posto, além do inegável prestígio, possui também uma dimensão política. Os Tribunais de Justiça, onde atuam os desembargadores, representam o Poder Judiciário em nível estadual, e podem bloquear ações de governadores e deputados estaduais. Todos os demais são filhos de pais que conquistaram mandatos eletivos.

Outro resultado importante de nossa pesquisa é a dimensão patriarcal da transmissão de capital político-familiar. Os políticos do centrão que estudamos herdaram o prestígio fundamentalmente de seus pais. As mães podem ter origem em famílias tradicionais, sendo o caso de Arthur Lira o mais notório, mas é o pai o principal transmissor do nome de família, ou seja, do capital político familiar.

Se a principal base de poder dessas famílias é o Estado, mais especificamente o Poder Executivo federal, é preciso que seus membros ocupem com frequência postos dentro do aparelho estatal. Esses clãs familiares lutam para preencher espaços, muitos deles inclusive já foram ocupados por seus integrantes. Conquistar posições dentro do aparelho estatal, significa controlar os seus poderes institucionais, e direcioná-los para favorecer os interesses familiares. Além disso, a partir de tais cargos, exercem influência e pressão sobre outras instituições e também sobre grupos políticos e sociais. Por isso, o típico governismo do fisiologismo, se associa fortemente com o nepotismo.

Estar sempre alinhado com o governo federal, significa ter sempre à disposição poderosos recursos institucionais.

Outra evidência dessa transmissão de capital político, é que os membros da mesma família ocupam os mesmos cargos, como se essas posições fossem uma espécie de herança. Sarney e Roseana governaram o Maranhão, foram senadores e deputados federais. Jader e Helder Barbalho chefiaram o poder executivo do Pará e comandaram ministérios. Jader Barbalho Filho, é o terceiro integrante da família a comandar um ministério em Brasília. Renan Calheiros e seu filho se elegeram senadores e ambos também chefiaram ministérios. Benedito de Lira e Arthur Lira se elegeram deputados federais e estaduais. Ricardo e Silvio Barros foram prefeitos de Maringá, e secretários estaduais no Paraná.

Os líderes das cinco famílias, e alguns dos seus membros políticos estudaram em universidades públicas, geralmente federais, instituições que são reconhecidas pela excelência acadêmica. Elas proporcionam uma educação e preparo que apenas uma minoria pode ter. Se isso foi mitigado recentemente devido a implantação da política de cota sociais e raciais, antes o perfil elitista e exclusivista das universidades públicas era acentuado. Foi nesse cenário que estudaram uma parte dos indivíduos analisados acima. Isso mostra que essas instituições de ensino superior são o principal centro formador da classe dominante brasileira.

Renan Calheiros, Benedito de Lira e Arthur Lira cursaram o mesmo curso, Direito, no mesmo local, a Universidade Federal de Alagoas. Os irmãos de Renan, Renildo e Olavo, também passaram pelos bancos de universidades federais. José Sarney cursou direito na Universidade Federal do Maranhão, sua filha Roseana estudou na Universidade de Brasília, assim como o filho de Renan Calheiros, Renan Filho. Silvio Barros e seu filho, Ricardo Barros, cursaram a Universidade Estadual de Maringá.

Outro fato presente na história dessas famílias é a conversão de capital político em capital econômico. Os clãs analisados em nosso estudo concentraram seus



investimentos na posse da terra e nos meios de comunicação. As famílias Calheiros e Lira-Pereira investiram na produção agropecuária. A agricultura é a principal atividade econômica do interior do Brasil. A economia da maioria dos pequenos municípios brasileiros depende da atividade agrícola. Apenas isso mostra a dimensão da influência da posse da terra nessas localidades. Além disso, a grande propriedade rural é uma tradição da classe dominante brasileira. A fato de líderes destacados e próximos dos presidentes, como Renan Calheiros e Arthur Lira, terem vinculações com a posse da terra, evidencia a conhecida influência do lobby ruralista em Brasília.

Por sua vez, os Sarney, Barbalho e Barros, desenvolveram negócios no setor de comunicação, e são donos de rádios, jornais e canais de televisão. As famílias Sarney e Barbalho, por exemplo, construíram grandes grupos empresariais na área de comunicação. A posse dos meios de comunicação, por sua vez, foi essencial para a construção e manutenção do poder dessas famílias. Ela foi vital para a formação de uma hegemonia em unidades federativas, como os Sarney no Maranhão, e os Barbalho no Pará, e em cidades, como os Barros em Maringá.

Essas famílias também controlaram máquinas partidárias em seus estados. As seções maranhense, paraense e alagoana do MDB, foram dirigidas respectivamente pelos Sarney, Barbalho e Calheiros. O PP do Paraná é controlado pela família Barros, e o de Alagoas tem no comando a família Lira-Pereira. No caso da família Sarney, o controle se estendeu para mais de um partido, o extinto PFL. Roseana Sarney foi eleita duas vezes para o governo do Maranhão pela organização, e Sarney Filho conquistou cinco mandatos de deputado federal pela agremiação. O comando de organizações partidárias é fundamental, pois as legendas detêm recursos financeiros e direito à propaganda de rádio e televisão. Além disso, eles possuem o monopólio da representação política no Brasil, no sentido de que só podem se candidatar a um cargo público aqueles que estiverem filiados a um partido político. A legislação brasileira não permite candidaturas independentes. Além de garantir um espaço político e

recursos para os familiares, os partidos são uma peça central na construção das máquinas políticas que sustentam o poder dessas famílias.

No comando de organizações partidárias, é possível estabelecer alianças com fortes candidatos a presidente e governador, que são puxadores de votos para os membros das famílias. Através dos partidos, ainda é possível filiar lideranças municipais e estaduais, que se transformam em cabos eleitorais. O comando das legendas permite a construção de uma rede de apoio com vereadores, prefeitos, deputados estaduais, além de outros tipos de dirigentes, que são alimentadas e mantidas pelos recursos governamentais. Essa rede é constituída pelos puxadores de votos que atuam em nível local. A aliança com os presidentes e governadores, e a construção das bases locais, permitem a conexão entre os níveis políticos nacional e regional, sendo que o controle de partidos políticos é uma das peças fundamentais para viabilizar a articulação desses níveis.

Assim, a herança e a transmissão de capital político-familiar, os recursos estatais, a formação em universidades de elite, a conversão de capital político em capital econômico, e o controle de partidos políticos, se combinaram para construir e reforçar o poder dessas famílias. O capital político familiar foi convertido em capital econômico, que se transformou em capital cultural, e assim sucessivamente, em um processo contínuo de conversões dos vários tipos de capitais. A posse e conversão desses capitais, é a fonte do poder dessas famílias.

Traduzindo em termos bourdiesianos, o poder das famílias Sarney, Barbalho, Calheiros, Lira/Pereira e Barros está fundamentado na acumulação de capitais que são escassos e por isso mal distribuídos na sociedade: capital político-familiar, capital econômico e capital cultural.

REFERÊNCIAS



AGÊNCIA O GLOBO. Clã Calheiros se reveza no comando de sua terra natal. **Época Negócios**, 18 de setembro de 2016. Disponível em:

<<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/09/cla-calheiros-se-reveza-no-comando-de-sua-terra-natal.html>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

AZEVEDO, R. Os Calheiros e a Schincariol: o milagre da multiplicação do patrimônio. **Veja**, São Paulo, 15 de julho de 2007. Disponível em:< <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/os-calheiros-e-a-schincariol-o-milagre-da-multiplicacao-do-patrimonio>> Acesso em: 02 dezembro de 2023.

BETO Richa deixa o cargo para concorrer ao Senado, e Cida Borghetti assume o governo do Paraná. **G1 PR**, Curitiba, 6 de abril de 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/beto-richa-deixa-o-cargo-para-concorrer-ao-senado-e-cida-borghetti-assume-o-governo-do-parana.ghtml>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. R. (Org.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nova Iorque: Greenwood, pp. 241-258, 1985

CASTILHO, A. L; INDRIUNAS, L. De Olho nos Ruralistas detalha em novo dossiê a face agrária de Arthur Lira e seu clã em Alagoas. **De Olho nos Ruralistas, Observatório do Agronegócio Nacional**, 13 de novembro de 2023. Disponível em:

<<https://deolhonosruralistas.com.br/2023/11/13/dossie-face-agraria-arthur-lira-alagoas/>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. BARBALHO, Elcione [201?]. In: ____ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**.

Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elcione-teresinha-zahluth-barbalho>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. BARROS, Ricardo. In: ____ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?].

Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ricardo-jose-magalhaes-barros>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. CALHEIROS, Olavo. In: ____ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?].

Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olavo-calheiros-filho>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. CALHEIROS, Renildo. In: ____ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?].

Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/renildo-vasconcelos-calheiros>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. LIRA, Arthur. In: ____ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arthur-cesar-pereira-de-lira>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. LIRA, Benedito de. In: ____ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?].



Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lira-benedito-de>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Partido Progresista (PP) (2003-). In: ____ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [200?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-pp-2003>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

CABRAL, M. RENAN FILHO. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-renan-vasconcelos-calheiros-filho>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. SARNEY FILHO. In: ____ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-sarney-filho>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CAMPOS, A. M. Sarney Filho entrega carta de exoneração a Ibaneis e se despede da Secretaria de Meio Ambiente do DF. **Correio Brasiliense**, Brasília, 30 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/carta-de-exoneracao-a-ibaneis-e-se-despede-da-secretaria-de-meio-ambiente-do-df/>>. Acesso: 30 de dezembro de 2022.

CHAPA de situação em Murici pode ter filho e mãe como vice. **7 Segundos**, 24 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.7segundos.com.br/maceio/blogs/2023/08/24/8193-chapa-de-situacao-em-murici-pode-ter-filho-e-mae-como-vice>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023

CHAVES, M. P. A. Os Sarney: comunicação, negócios e poder no Maranhão. CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. M. (Org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2016, p. 315-349

CONAGRESTE. **O consórcio**. Disponível em: <<https://conagreste.al.gov.br/o-consorcio/>> Acesso em: 1 de maio de 2025.

DEZ partidos mudaram de nome nos últimos quatro anos. **A Gazeta**, 02 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/dez-partidos-politicos-mudaram-de-nome-nos-ultimos-quatro-anos-0521>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

DIAS, S; LEMOS, R; CARNEIRO, A. José Sarney. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

ELEIÇÕES 2024: Pauline Pereira, do PP, é eleita prefeita de Campo Alegre no 1º Turno. **G1**, 07 de outubro de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/eleicoes-2024-pauline-pereira-do-pp-e-eleita-prefeita-de-campo-alegre-no-1o-turno.ghtml>>

ELEIÇÕES 2024: Teófilo Pereira do PP, é eleito prefeito de Craíbas no 1º Turno. **G1**, 07 de outubro de 2024. Disponível em:



<<https://g1.globo.com/al/alagoas/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/eleicoes-2024-teofilo-pereira-do-pp-e-eleito-prefeito-de-craibas-no-1o-turno.ghtml>>

FIGUEIRA, P. Partido Democrático Social (PDS). In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [199?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-social-pds>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

FRAZÃO, Felipe. Quem é Ricardo Barros, líder do governo apontado no caso Covaxin. **CNN Brasil**, 26 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-ricardo-barros-lider-do-governo-apontado-no-caso-da-vacina-covaxin/>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

GALINDO, R. Silvio Barros acumula Casa Civil temporariamente. Depois, chega Speraífico. **Gazeta do Povo**, 06 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/silvio-barros-acumula-casa-civil-temporariamente-depois-chega-sperafico/>> Acesso em: 02 de dezembro.

GUERRA, R. Sexto Político do Clã Calheiros tenta chegar ao poder em cidade no interior de Alagoas. **O Estado de São Paulo**, 15 de setembro de 2024. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/sexto-politico-do-cla-calheiros-tenta-chegar-ao-poder-em-cidade-do-interior-de-alagoas/>>. Acesso em: 21 de abril de 2025.

GUIMARÃES, A. Quem é Jader Filho, nomeado para o Ministério das Cidades? **Jota**, São Paulo, 29 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.jota.info/eleicoes/quem-e-jader-filho-nomeado-para-o-ministerio-das-cidades-29122022>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

GOULART, M. H. H. S. **Coronelismo e poder local no Paraná (1880-1930)**. Curitiba: Ed. da Autora, 2018.

GUANABARA, R. Partido Progressista (PP) 1993-1995. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [199?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-pp>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

JADER Filho assume o cargo de Ministro das Cidades. **Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional**, Brasília, DF, 03 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/jader-filho-assume-cargo-de-ministro-das-cidades>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023

JOÃOZINHO Pereira deixa o comando da CODEVASF para disputar eleição em Junqueiro. **Correio dos Municípios**, 04 de junho de 2024. Disponível em: <<https://correiodosmunicipios-al.com.br/politica/2024/06/04/130400-joaozinho-pereira-deixa-comando-da-codevasf-para-disputar-eleicao-em-junqueiro>> Acesso em: 01 de maio de 2025.

JUNQUEIRA, E; GOMES, A; PEREIRA, L. B. BARBALHO, Jader. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico**



Brasileiro, [201?]. Disponível em:

<<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jader-fontenelle-barbalho>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

LOPES, G; CARNEIRO, A; LAMARÃO, L. SARNEY, Roseana. Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em:

<<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roseana-macieira-sarney>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites. São Paulo: LiberArts, 2016.

MOSCA, G. **La clase política**. Fondo de Cultura Económica: México, D. F., 1984.

MST ocupara sede do Incra em Maceió contra nomeação do novo superintendente após demissão de primo de Arthur Lira. **G1 AL**, 29 de abril de 2024. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2024/04/29/trabalhadores-rurais-ocupam-incra-em-maceio-contrano-novo-superintendente.ghtml>>. Acesso: 21 de abril de 2024.

OLIVEIRA, R. C. Como definir família? In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArts, 2018.

_____. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight Editora, 2012.

OLIVEIRA, R. C; GOULART, M. H. H. S; VANALI, A. C; MONTEIRO, J. M. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 05, n. 11, p. 165-198, set./dez. 2017.

POPULAÇÃO em Ananindeua (PA) é de 478.778 pessoas, aponta o Censo do IBGE. **G1 PA**, 28 de junho de 2023. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/06/28/populacao-em-ananindeua-pa-e-de-478778-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

PREFEITO de Murici toma posse nessa quarta (1º); veja a lista de vereadores eleitos. **G1 AL**, 31 de dezembro de 2024. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/al/alagoas/eleicoes/2024/noticia/2024/12/31/prefeito-de-murici-al-toma-posse-nesta-quarta-1o-veja-lista-de-vereadores-eleitos.ghtml>>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

RATINHO JÚNIOR anuncia Ricardo Barros como secretário e confirma nomes à frente da Saúde e Educação; veja detalhes. **G1 PR**, Curitiba, 23 de dezembro de 2022. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/12/23/ratinho-junior-anuncia-ricardo-barros-e-secretarios-da-saude-e-da-educacao-veja-os-nomes.ghtml>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

SEABRA, C. “Clã dos Calheiros” prospera com entrada na política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de fevereiro de 2005. Disponível em:



<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67069.shtml>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

SECIUK, Cristina. Ricardo Barros deixa Secretaria de Ratinho Jr. e volta à Câmara dos Deputados, **Rádio CBN Curitiba**, 17 de março de 2025. Disponível em: <<https://cbncuritiba.com.br/materias/ricardo-barros-deixa-secretaria-de-ratinho-jr-e-volta-a-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 04 de maio de 2025.

SENADO FEDERAL. **Galeria de Presidentes**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/nova-republica>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultados das eleições**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>>.

VALENÇA, F. CALHEIROS, Renan. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-renan-vasconcelos-calheiros>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

XAVIER, L. G. Morre ex-deputado federal Benedito Lira, pai de Arthur Lira. **Câmara dos Deputados**, 25 de janeiro de 2025. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1126568-morre-ex-deputado-federal-benedito-de-lira-pai-de-arthur-lira/>> Acesso em: 01 de maio de 2025.

Recebido: 10 de fevereiro de 2025

Aceito: 16 de maio de 2025

Publicado: 09 de agosto de 2025

